

Bruxelas, 3 de Março de 2011

Diálogo social europeu: Um instrumento vital para superar a crise segundo o novo relatório

O diálogo entre os representantes dos trabalhadores/as e dos empregadores/as e entre os governos tem sido crucial para a construção da resposta europeia à crise. A participação dos trabalhadores e empregadores (ou seja, dos parceiros sociais) nas negociações e consultas tem ajudado as empresas e os trabalhadores/as a adaptarem-se à mudança e o seu contributo tem ajudado, sobretudo, a minimizar as perdas de emprego na Europa de acordo com um novo relatório publicado hoje pela Comissão Europeia. Um diálogo social forte levou a respostas, tais como a introdução ou a extensão de regimes de trabalho de curta duração em vários países e sectores da UE. Os parceiros sociais também têm desempenhado um importante papel para o êxito da implementação da estratégia europeia "Europa 2020" para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Evocando o novo relatório, o Comissário Europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão - László Andor - referiu: *"Temos que sair da crise com mais e não com menos diálogo social - o que também vai contribuir para o reforço da competitividade da economia europeia"*. E acrescentou: *"Os Estados Membros em que a parceria social é mais forte são aqueles que obtêm maior sucesso em superar a crise"*. O Comissário sublinhou igualmente os diferentes níveis de diálogo social em toda a UE, afirmando: *"O diálogo social é ainda muito fraco em muitos dos países que aderiram à UE em 2004 e em 2007, no entanto a construção de parcerias sólidas entre os representantes dos trabalhadores e dos empregadores é precisamente o que vai ajudar esses Estados Membros no caminho da recuperação"*.

Analisando a primeira fase da crise, o relatório de 2010 sobre as Relações Laborais na Europa examina em detalhe os acordos de resposta à crise alcançados nos Estados Membros e em diferentes sectores. Em mais de metade dos países da UE (Bélgica, Holanda, França, Espanha, Polónia, Estónia, Letónia, Lituânia, Bulgária, República Checa, Eslováquia, Alemanha, Luxemburgo, Eslovénia, Itália, Áustria, Dinamarca e Finlândia), federações sindicais e patronais nacionais assinaram acordos específicos, quer entre si ou com o governo, ou estiveram envolvidos na conceção de medidas adequadas às políticas públicas, principalmente em esquemas de horário de trabalho de curta duração. Na Polónia, Estónia, Letónia, Lituânia, República Checa e Eslováquia, a crise levou pela primeira vez a este tipo de acordos entre parceiros sociais ao nível nacional interprofissional. No entanto, o grau de consenso varia significativamente entre países e sectores económicos, com conflitos laborais ainda presentes em diferentes Estados-Membros.

A flexibilidade salarial tem sido especialmente importante no debate durante a crise económica. Em vários Estados Membros como a Irlanda, Grécia e Espanha que estão a aplicar medidas de austeridade, as discussões relativas ao salário mínimo e aos baixos salários são difíceis e sensíveis. O relatório também conclui que a maior descentralização de sistemas de fixação dos salários para negociações a nível da empresa constitui uma tendência que continua a manter-se, com os trabalhadores a assinarem acordos salariais directamente com os seus empregadores.

Outras questões sublinhadas no relatório incluem a atenção redobrada dos parceiros sociais na fase de transição para uma economia de baixo carbono. O relatório destaca alguns exemplos de organizações sindicais e de empregadores que contribuem para os planos de recuperação de diversos Estados Membros, como em Espanha e na Bélgica, com propostas concretas para o investimento em tecnologias e competências verdes e mesmo com a inclusão de uma dimensão verde no diálogo, especialmente a nível empresarial. O relatório sublinha como, a longo prazo, o diálogo social se revela fundamental para uma transição bem gerida e socialmente justa para uma economia de baixo carbono.

Globalmente, o relatório confirma que a negociação colectiva está ainda muito presente na Europa, com dois terços dos trabalhadores/as abrangidos por convenções colectivas. Houve um lento declínio na sindicalização - de 37% dos trabalhadores/as em 2000 para menos de 31% em 2008 - mas a adesão nas organizações de empregadores, que determina em grande parte a cobertura da negociação coletiva, parece ser estável. Ao mesmo tempo, existem diferenças significativas entre os Estados Membros.

Durante a crise os parceiros sociais conseguiram um notável grau de coordenação e solidariedade em toda a Europa, resistindo à tentação de defenderem respostas protecionistas a nível nacional. O potencial do diálogo social para a resolução de problemas tem de ser plenamente utilizado nestes tempos de consolidação orçamental. O relatório demonstra igualmente como os acordos alcançados nos últimos dois anos têm contribuído decisivamente para alterar a situação dos trabalhadores/as na UE. Com os acordos sobre questões importantes como a licença parental, a saúde e segurança no trabalho ou sobre os mercados de trabalho inclusivos, os parceiros sociais europeus têm mostrado que se encontram numa posição privilegiada para alcançarem soluções para o mundo do trabalho em benefício dos trabalhadores/as e dos empregadores/as em toda a Europa.

Mais informações:

Relatório de 2010 sobre Relações Laborais na Europa:

<http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=6566&langId=en>

[MEMO/11/134](#)

Diálogo Social:

<http://ec.europa.eu/socialdialogue>

Nota: Tradução da responsabilidade da UGT, baseada nas versões inglesa e francesa